

**MESTRADO PROFISSIONAL
DIREITO TRIBUTÁRIO | TURMA 4**

Controvérsias Tributárias dos Mecanismos Contratuais de Ajuste de Preço em Operações de Fusões e Aquisições

Seminário apresentado à Escola de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas como qualificação, requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Direito dos Negócios.

Orientador: Professor Doutor Flavio Rubinstein.

EMENTA:

CONTROVÉRSIAS TRIBUTÁRIAS DOS MECANISMOS CONTRATUAIS DE AJUSTE DE PREÇO EM OPERAÇÕES DE FUSÕES E AQUISIÇÕES. Tributário. Contratos. Fusões e aquisições. Preço de aquisição. Mecanismos contratuais de ajuste no preço. *Earn out*, *holdback*, *escrow*, indenização, compensação privada. Implicações tributárias. Riscos de questionamento pelo Fisco. Alternativas e sugestões práticas.

RESUMO:

O presente trabalho tem por objetivo o exame das principais controvérsias tributárias decorrentes dos mecanismos contratuais de ajuste de preço geralmente utilizados em contratos de compra e venda de empresas no contexto de operações societárias de fusões e aquisições.

O Capítulo inicial introduz o referencial teórico, demonstrando porque os mecanismos de ajuste de preço foram desenvolvidos para viabilizar as transações. No referencial teórico também são abordadas as principais regras contábeis e tributárias que atualmente cuidam dos mecanismos. Em função da insuficiência na regulamentação tributária, o trabalho sugere a adesão de uma “interpretação contextualizada” que permita identificar o tratamento tributário de cada mecanismo contratual levando em conta a sua função no contexto da operação em questão.

Os Capítulos seguintes examinam as controvérsias envolvidas na qualificação jurídico-tributária dos seguintes mecanismos contratuais: *earn out*, *holdback* e *escrow*, ajustes de preço, compensações privadas e indenização. O trabalho evidencia que um mesmo mecanismo pode ser enquadrado de várias maneiras, dependendo da intenção das partes e da forma como for estruturado. Por essa razão, as partes devem considerar todos os possíveis cenários e os diferentes riscos tributários na utilização desses mecanismos.

O trabalho propõe ainda uma série de cuidados na redação das cláusulas contratuais e nos procedimentos adotados justamente para oferecer parâmetros que tragam maior segurança para lidar com esses mecanismos na prática. O Capítulo final retoma as controvérsias analisadas e traz uma síntese das principais conclusões do trabalho.